

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Faculdade de Educação - FE

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com

Ênfase em Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014

ANTÔNIA RUFINO MARTINS

CARLA ANDREA MARIA ALVES

FERNANDA SENA DE CARVALHO

JEZIEL MEDEIROS LEANDRO

A RESISTÊNCIA DOS EGRESSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO EM SEREM ENCAMINHADOS PARA A EJA

BRASÍLIA, DF

Abril/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Faculdade de Educação - FE
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com
Ênfase em Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014

A RESISTÊNCIA DOS EGRESSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO EM SEREM ENCAMINHADOS PARA A EJA

ANTÔNIA RUFINO MARTINS
CARLA ANDREA MARIA ALVES
FERNANDA SENA DE CARVALHO
JEZIEL MEDEIROS LEANDRO

Professora Orientadora: Elaine Filomena Chagas Cáceres

Tutora Orientadora: Alzira Aparecida dos Santos

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Sobradinho/DF - Abril/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Faculdade de Educação - FE

Universidade Aberta do Brasil – UAB

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com

Ênfase em Educação de Jovens e Adultos / 2013-2014

ANTÔNIA RUFINO MARTINS

CARLA ANDREA MARIA ALVES

FERNANDA SENA DE CARVALHO

JEZIEL MEDEIROS LEANDRO

A RESISTÊNCIA DOS EGRESSOS DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO EM SEREM ENCAMINHADOS PARA A EJA

Trabalho de conclusão do II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA /2013-2014, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Elaine Filomena Chagas Cáceres - Professora Orientadora

Alzira Aparecida dos Santos - Tutora Orientadora

Avaliador Externo

Dedicamos esse projeto à todos os professores, educadores, gestores educacionais, estudantes... Enfim, à todos aqueles que, assim como nós, se interessam e se encantam pela Educação de Jovens e Adultos.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas às quais precisamos agradecer pela subida de mais um degrau. Mas certamente que se fossemos citar nomes, haveríamos de deixar alguém de fora e seríamos injustos.

Por isso concentramos todo o nosso agradecimento a Deus, cuja presença nos manteve fortes, mesmo perante as adversidades. Quando tudo dizia que NÃO, sua voz nos encorajava a prosseguir. Hoje olhamos para trás e agradecemos por cada tropeço. Eles foram necessários para nos tornar as pessoas que somos.

Obrigada, Senhor, pela consciência que temos de que tudo nessa vida depende unicamente de Ti.

O que se encontra no início? O jardim ou o jardineiro? É o jardineiro. Havendo um jardineiro, mais cedo ou mais tarde um jardim aparecerá. Mas havendo um jardim sem jardineiro, mais cedo ou mais tarde ele desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. O que faz um povo são os pensamentos daqueles que o compõem. (Rubem Alves)

RESUMO

Durante a realização desse Per-curso foi observado que os alfabetizandos cadastrados no **Programa Brasil Alfabetizado** têm uma enorme resistência em serem encaminhados para a EJA, seja por apego emocional ao alfabetizador, por insegurança quanto ao novo, medo de não conseguir acompanhar uma “turma escolar”, dificuldades de aprendizagem, falta de tempo para os estudos em virtude da carga horária no trabalho ou por qualquer outro motivo cuja a causa deverá ser analisada com maior profundidade. No intuito de levantar dados para a elaboração desse Projeto de Intervenção Local, foi realizada uma pesquisa do perfil ocupacional dos estudantes de 2 (duas) turmas do Programa Brasil Alfabetizado, que funcionam no **CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira**, e 1 (uma) no **Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota**, localizadas na cidade de Sobradinho II/DF, objeto de estudo desse Projeto. Onde percebeu-se que esses alfabetizandos, assim como a maioria dos sujeitos da EJA são pessoas que tiveram poucas oportunidades, sendo socialmente excluídas por uma multiplicidade de fatores. Por outro lado trata-se de jovens e adultos que já viveram variadas experiências pessoais, coletivas, afetivas e profissionais. Também é um trabalhador e chefe de família que tem muitas dificuldades de continuar os estudos, seja pelo estigma do fracasso escolar, seja pelas dificuldades práticas de retomar os estudos diante de tantas obrigações profissionais e familiares. Dessa maneira, o Projeto em tela tem por objetivo apoiar a construção de políticas públicas para a garantia do direito à educação ao longo da vida e a implementação de estratégias específicas para fortalecimento e ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos. A formulação de estratégias para o acesso e a qualidade da educação que considerem as diversas dimensões do processo de escolarização e o atendimento às necessidades específicas dos estudantes do Programa Brasil Alfabetizado, norteiam as atividades a serem desenvolvidas no âmbito desse Projeto. Dessa forma, as orientações técnicas e pedagógicas aqui elencadas ampliarão a compreensão sobre a concepção de universalização da escolarização que deve se dar com a garantia da oferta da educação de qualidade, atendendo às especificidades educacionais e promovendo a valorização da diversidade no ambiente escolar.

Palavras Chaves: Programa Brasil Alfabetizado, CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira, Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota, Continuidade dos estudos.

ABSTRACT

During the realization of this pathway was observed that the learners enrolled in the Literate Brazil Program have tremendous strength in being referred to the Youth and Adults, either by emotional attachment to literacy for the new insecurity, fear of failing to follow up a "school class" learning difficulties, lack of time for studies due to the workload at work or for any other reason whose cause should be examined in greater depth. In order to collect data for the preparation of Local Intervention Project, a survey of the occupational profile of students of two (2) classes of the Literate Brazil Program, running in CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira was performed and one (1) Center Elementary School Teacher Carlos Mota, located in the city of Sobradinho II / DF, the object of study of this project. Where it was realized that these learners, as well as most of the subjects of Youth and Adults are people who have had few opportunities, being socially excluded by a multiplicity of factors. On the other hand it is young people and adults who have experienced various personal, collective, affective and professional experiences. It is also a worker and householder who has many difficulties to continue his studies, is the stigma of school failure, either by the practical difficulties of resuming studies before many professional and family obligations. Thus, the Project Canvas aims to support the development of public policies to guarantee the right to education throughout life and the implementation of specific strategies for strengthening and expanding the provision of Adult Education. The formulation of strategies for access and quality of education to consider the various dimensions of the schooling process and meeting the specific needs of students Literate Brazil Program, guiding the activities to be undertaken under this Project. Thus, the technical and pedagogical guidelines listed here will broaden the understanding of the concept of universal schooling that should be given to ensuring the provision of quality education, meeting the specific educational and promoting the value of diversity in the school environment.

Key words : Literate Brazil Program, CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira, Center Elementary School Teacher Carlos Mota, Continuing studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto do Senhor Valdemário, alfabetizando do **CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira**.....**38**

Gráfico 1 - População, segundo o nível de escolaridade - Sobradinho II - Distrito Federal – 2013.....**18**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino - Brasil - 2007-2012.....	27
Tabela 2 - Números de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Etapa de Ensino - Brasil – 2010 – 2013.....	28
Tabela 3 - Percentual da população que não concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade própria.....	33
Tabela 4 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade.....	33
Tabela 5 - Quantidade e Percentual das ocupações dos estudantes supracitados que participaram da pesquisa, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma do Projeto de Intervenção Local.....	40
Quadro 2 - Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Intervenção Local.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APA - Área de Proteção Ambiental

CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança

CBO - Classificação Brasileira de Ocupação

CEFLO - Centro de Ensino Fundamental Lago Oeste

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CNB/CEB – Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica

EF – Ensino Fundamental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GDF – Governo do Distrito Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INAF - Indicador de Analfabetismo Funcional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PPP - Projeto Político Pedagógico

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIL - Projeto de Intervenção Local

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNE - Plano Nacional de Educação

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação

SBA - Sistema Brasil Alfabetizado

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES.....	15
2 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	15
3 - AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	16
4 - JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO..	20
4.1 - Caracterização da EJA – A Educação Continuada ao Longo da Vida.....	22
4.2 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e o Novo Plano Nacional de Educação – PNE.....	23
4.3 - Censo Escolar – Educacenso.....	25
4.4 - Indicadores de Educação de Jovens e Adultos: IBGE, PNAD e IDEB.....	29
4.5 - Defasagem Idade/Série.....	32
5 - OBJETIVO.....	38
5.1- Objetivo Geral.....	38
5.2 - Objetivos específicos.....	39
6 - ATIVIDADES / RESPONSABILIDADES.....	39
7 - CRONOGRAMA.....	40
8 - PARCEIROS.....	41
9 - ORÇAMENTO.....	42
10 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	43
11 - REFERÊNCIAS.....	44
12 - ANEXOS.....	47

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

Fizeram parte desse Projeto de Intervenção Local, os seguintes proponentes, pertencentes das Turmas A e F:

- **Antônia Rufino** (Alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado no DF)
- **Carla Andrea Alves** - turma F (Alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado no DF)
- **Fernanda Carvalho** (Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado – MEC)
- **Jeziel Medeiros** (Alfabetizador do Programa Brasil Alfabetizado no DF)

Informações para contato:

2 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

O Projeto “**A Resistência dos Egressos do Programa Brasil Alfabetizado em serem Encaminhados para a EJA**”, tem área de abrangência Local, podendo ser levado a Nacional. Tendo sua instância institucional de decisão no Governo Federal e no do Governo do Distrito Federal (GDF), sendo destinado aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado.

As turmas do DF Alfabetizado, objeto de estudo desse projeto, funcionam no Centro de Atenção Integral à Criança (**CAIC**), **Júlia Kubitschek de Oliveira**, com duas turmas, que é uma escola da rede pública, localizada na AR 13, Conjunto 3, Área Especial nº 1, Sobradinho II, e no **Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota** (CEFLO - Centro de Ensino Fundamental Lago Oeste) com uma turma, situado no Núcleo Rural Lago Oeste, na Rodovia DF-001 - KM 13.

O período previsto para a execução desse projeto é de 03/2014 a 12/2014, ou pode ser aplicado no Início do ciclo do Programa Brasil Alfabetizado com previsão de término no final do ciclo do Programa.

3 – AMBIENTE INSTITUCIONAL

O colégio **CAIC, Júlia Kubitschek de Oliveira de Sobradinho II**, inaugurado no dia 27 de julho de 1993, atende a um público de classe média baixa a baixa, possui 45 turmas de Ensino Fundamental, com uma infraestrutura que conta com salas de leitura, de informática, de recursos, entre outros.

O **Centro de Ensino Fundamental Lago Oeste (CEFLO)** tem sua origem ancorada no desenvolvimento do Núcleo Rural do Lago Oeste, situado ao longo da DF 001 (norte) que margeia o Parque Nacional de Brasília, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Cafuringa, Região Administrativa de Sobradinho, no Distrito Federal. Desde o assassinato do então diretor Carlos Ramos Mota, em 2008, a escola passou a denominar-se **CEF Professor Carlos Ramos Mota** em sua homenagem. Hoje a escola atende a comunidade com ofertas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos nos três segmentos.

Por funcionarem somente no período diurno, as duas unidades cederam salas no período noturno para o desenvolvimento do Programa DF Alfabetizado, nome que recebe no DF o Programa Federal Brasil Alfabetizado.

A ação consta nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas, por isso ambas recebem uma parcela do Valor de Apoio¹, destinado a manutenção e desenvolvimento das turmas de alfabetização. Com destinação de material didático e pedagógico, funcionário da limpeza e guardas para o período de realização das aulas.

¹ Valor de Apoio do PBA é calculado por alfabetizando e repassado do MEC/FNDE para a conta específica do Ente Executor (Prefeitura Municipal ou Secretaria Estadual de Educação), conforme consta na Resolução nº 44 de 05 de Setembro de 2012.

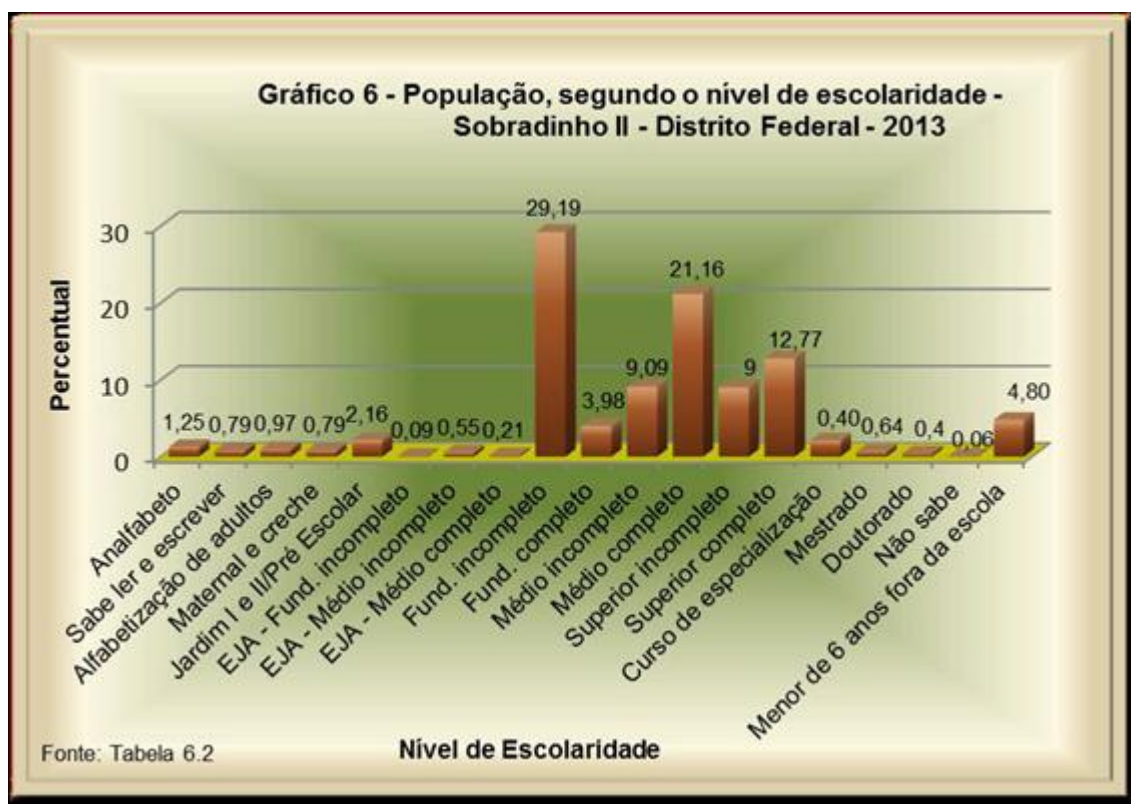
O Distrito Federal tem uma população de 2,5 milhões de habitantes, desses 590.219 estão em idade escolar, o índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 3,2%, a menor do país, a taxa de escolarização bruta no Ensino Fundamental é de 105,5%. A escolaridade média de pessoas de 25 anos ou mais, é de 9,8 anos de estudo, a maior média do país.

De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), Sobradinho II é a 26ª Região Administrativa (RA XXVI) do DF e possui uma população de mais de 97,98 mil habitantes. Da população total de Sobradinho II, destaca-se o elevado percentual daqueles que não estudam, 68,03%. Entre os que estudam (31,97%), 18,69% frequentam a escola pública e 13,28% escola privada.

Quanto ao nível de escolaridade apenas 1,25% declararam serem analfabetos. A população concentra-se no grupo dos que têm o nível fundamental incompleto (29,28%) e ensino médio completo (21,37%). Vale destacar que somente 0,85% da população da Sobradinho II não teve acesso ou não concluiu o ensino fundamental e o ensino médio em idade apropriada, tendo em vista ter frequentado ou frequentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os que concluíram o curso superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado, somam 15,91% que pode ser observado no gráfico 1.

Ressalta-se que o uso do termo “idade própria”, no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, possibilita entender que existe uma idade apropriada para aprender tornando a educação de jovens e de adultos uma política compensatória, com o objetivo de repor a escolaridade não realizada na infância e na adolescência, consideradas idades apropriadas (DI PIERRO, 2000, p. 211).

Gráfico 1 - População, segundo o nível de escolaridade - Sobradinho II - Distrito Federal – 2013



Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Sobradinho II - PDAD 2013

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI/MEC desenvolve, por meio da Coordenação Geral de Alfabetização, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que é uma porta de acesso à cidadania, e tem como objetivo contribuir para a universalização da alfabetização e a elevação de escolaridade de todas as pessoas em situação de vulnerabilidade. Criado em 2003, o PBA possui alguns princípios norteadores, como a compreensão da alfabetização como processo e reconhecimento do direito à educação em qualquer momento da vida. Porém, apesar desses princípios tão definidores e da sua ampla atuação em quase todo território nacional, o programa carece somar esforços para qualificar ainda mais a ação de alfabetização, gerando estímulo à permanência dos alfabetizandos nas turmas de alfabetização, bem como favorecer e fomentar o encaminhamento de seus egressos para a EJA.

No Marco de Ação de Belém (UNESCO, 2010, p.9), no item 13 que trata da Governança², há uma reflexão acerca da representação e participação de todos os parceiros envolvidos com a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Compreende que a boa governança facilita a implementação da política de aprendizagem e educação de adultos de forma eficaz, transparente, responsável e justa. A representação e a participação de todos os parceiros são indispensáveis para garantir a capacidade de resposta às necessidades de todos os educandos, principalmente dos mais vulneráveis.

Esta reflexão se aplica neste cenário, no qual a representação do MEC, enquanto a técnica em assuntos educacionais do PBA/MEC, que colabora na elaboração deste PIL em parceria com os alfabetizadores que levarão à cabo a intervenção na localidade onde atuam, com o intuito de aprimorar a gestão do programa, com possibilidades de avaliação constante sobre resultados e impactos da referida ação.

Vale realizar aqui um levantamento de indicadores sobre os índices de analfabetismo no país como também dos indicadores de inclusão e características dos alfabetizandos em situação de risco e vulnerabilidade social no PBA.

Conforme dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 14,6 milhões de pessoas não alfabetizadas contabilizadas, 9,2 milhões (63%) estão na zona rural e destes 7,1 milhões (48,6%) são do sexo feminino. No que refere às faixas etárias 43% das pessoas não alfabetizadas têm entre 40 e 64 anos e 28% mais de 64 anos. Quanto à renda a grande maioria, cerca de 97% tem rendimentos até 2 salários mínimos. Destaca-se ainda a maior presença das pessoas não alfabetizadas na região Nordeste 19,5% dos homens e 15,9% das mulheres.

De acordo com os dados de inscrição de alfabetizandos no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), 44% dos alfabetizandos no ciclo 2010 estavam na faixa entre 30 e 49 anos, 25% tinham entre 50 e 64 anos, 18% entre 15 e 29 anos e 13% 65 anos ou mais. Desse conjunto 66% se autodeclararam pardos e

² Governança significa, nesse sentido, como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções.

12% pretos, sendo 58% dos alfabetizandos são da zona rural e 56% do gênero feminino.

Levando em consideração os dados acima podemos afirmar que grande parte dos educandos do PBA possui baixa renda, é constituída de pretos ou pardos e há também uma forte presença das pessoas não alfabetizadas no campo. Estes dados confirmam a análise de que os sujeitos de direitos da EJA são pessoas que tiveram poucas oportunidades, sendo socialmente excluídas por uma multiplicidade de fatores. Por outro lado trata-se de jovens e adultos que já viveram variadas experiências pessoais, coletivas, afetivas e profissionais. Também são trabalhadores e chefes de família que têm muitas dificuldades de retomar os estudos, seja pelo estigma do fracasso escolar, seja pelas inúmeras obrigações profissionais e familiares.

4 – JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO

Durante a realização desse Per-curso foi observado que os alfabetizandos cadastrados no Programa Brasil Alfabetizado têm uma enorme resistência em serem encaminhados para a EJA, seja por apego emocional ao alfabetizador, por insegurança quanto ao novo, medo de não conseguir acompanhar uma “turma escolar”, dificuldades de aprendizagem, falta de tempo para os estudos em virtude da carga horária no trabalho ou por qualquer outro motivo cuja a causa deverá ser analisada com maior profundidade.

A pobreza tem múltiplas dimensões e muitas delas estão inter-relacionadas, dando origem a um ciclo vicioso. Destaque para duas dimensões: A precariedade na escolarização e saúde. A primeira consiste na população que tem quase ou nenhuma instrução formal, e tende a estar desproporcionalmente representada no grupo dos pobres, porque é mais provável que tenham empregos mal remunerados ou estejam desempregados. A segunda dimensão pode impedir as pessoas de estudar ou de trabalhar o tempo inteiro, reduzindo os seus rendimentos e a sua capacidade de se instruir e trabalhar para sair da pobreza.

Tal questão nos remete a uma reflexão sobre as práticas sociais do uso da leitura e da escrita como elemento de superação da exclusão e resistência

na luta de classes e na relação entre trabalho e capital. A luta da EJA representa dentre outras questões “[...] à tarefa de construir uma alternativa hegemônica à ordem social existente, rompendo com a lógica do capital [...]”. (RODRIGUES, 2010, p.47)

Diante dos dados apresentados a Alfabetização de Jovens e Adultos apresenta-se como prioridade no campo das políticas públicas com o intuito de garantir o direito à educação a uma parcela significativa da sociedade, a qual vale a pena destacar é aquela de maior vulnerabilidade social. Portanto, a luta por garantia de direito ao público da Educação de Jovens e Adultos representa uma luta histórica e o desafio de garantir as especificidades de um público tão heterogêneo no que se refere à identidade cultural, gênero e etnia.

Ao longo da segunda metade do século passado houve um importante movimento de ampliação da oferta de vagas no ensino público no nível fundamental que transformou a escola pública brasileira em uma instituição aberta a amplas camadas da população, superando em parte o caráter elitista que a caracterizava no início do século passado, quando apenas alguns poucos privilegiados tinham acesso aos estudos.

De fato, ao longo do século XX o percentual de analfabetos absolutos veio declinando continuamente, alcançando na metade dos anos 90 um patamar próximo a 15% dos jovens e adultos. Em 1996, entretanto, quase um terço da população com mais de 14 anos não havia concluído sequer quatro anos de estudos e aqueles que não haviam completado o ensino obrigatório de oito anos representavam mais de dois terços da população nessa faixa etária. Pesquisas mostram que são necessários mais de quatro anos de escolarização bem sucedida para que um cidadão adquira as habilidades e competências cognitivas que caracterizam um sujeito plenamente alfabetizado diante das exigências da sociedade contemporânea.

Esses dados demonstram que o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e Adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou os bancos escolares e neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida.

4.1 Caracterização da EJA – A Educação Continuada ao Longo da Vida

Tanto no passado quanto no presente a educação de jovens e adultos sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. (DI PIERRO, 2007)

Um aspecto quase consensual dos estudos sobre a EJA tomada como um direito é que ela é perpassada por lutas, concepções divergentes e por formas de regulamentação do Estado.

O Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetização da população adulta. Os dados colhidos e analisados pelo Instituto Paulo Montenegro consideram que alfabetizada funcionalmente é uma pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

A definição de analfabetismo vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo revisões significativas como reflexo das próprias mudanças sociais. De acordo a Unesco, analfabeto funcional é aquele que teve menos de quatro anos de estudos completos. A partir desse critério, é possível afirmar que mais de acordo com o IBGE, 20% da população é analfabeta funcional. Mas os números podem não refletir a realidade da população brasileira quando se fala em habilidades de leitura e escrita e no conceito de letramento, ou seja, o uso social dessas habilidades.

Esse desafio para a EJA é representado pelo crescente perfil juvenil dos alunos em seus cursos, sendo que grande parte é excluída da escola regular. Nas décadas de 70 e 80, a maioria dos educandos de programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos eram pessoas maduras ou idosas, de origem rural, que nunca tinham tido oportunidades escolares. A partir dos anos 90, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi malsucedida. O primeiro grupo vê na escola uma perspectiva de integração sociocultural; o segundo mantém com ela uma

relação de tensão e conflito aprendido na experiência anterior. Os jovens carregam consigo o estigma de alunos-problema, que não tiveram êxito no ensino regular e que buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação. Esses dois grupos distintos de trabalhadores de baixa renda encontram-se nas classes de jovens e adultos e colocam novos desafios aos educadores, que têm de lidar com universos muito distintos, culturais e das expectativas em relação à escola.

4.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e o Novo Plano Nacional de Educação – PNE

A educação nacional é organizada em dois níveis, básica e superior, apresenta formatos organizativos diferenciados definidos pela legislação como modalidades educativas. A LDB define, enquanto modalidades: a) Educação de Jovens e Adultos (EJA) que destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria (art. 38).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9334/96 propôs, em seu artigo 3º a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extra escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Tais princípios estimularam a criação de propostas alternativas para a EJA. Embora a Lei tenha dedicado apenas uma seção com dois artigos à EJA, os artigos 2º, 3º e 4º tratam dessa educação sob o ponto de vista do ensino fundamental, já é um ganho para a área. Além disso, ao determinar a identificação daqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental, abriu um espaço de intervenção que criou possibilidades de confronto entre o universo da demanda e o volume e qualidade da oferta, o que pode gerar um maior compromisso do setor público com a EJA.

De acordo com a LDB é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho

de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos.

Saber como a oferta da educação vem se dando no país é muito importante para que possamos acabar com as disparidades regionais na garantia da educação de qualidade socialmente referenciada como um direito de todos/as. Nessa direção, o Plano Nacional de Educação (PNE) com suas diretrizes, metas e estratégias deve ser objeto de análises pelos diferentes sistemas de ensino, instituições educativas e sociedade em geral.

De acordo com o Projeto de Lei aprovado pelo Senado³, no dia 17/12/2013, o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que aguarda votação na Câmara dos Deputados, prevê metas para um período de dez anos. O PNE tem 14 artigos, 21 metas e 177 estratégias que visam, entre outros objetivos, a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. A meta número 9 do novo PNE propõe *“elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional”*.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como “uma erva daninha” – daí a expressão corrente “erradicação do analfabetismo” – ora como “enfermidade” que passa de um a outro quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais dizem mal dos níveis de civilização de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência” de sua “proverbial preguiça”. (FREIRE, 1981, p.13).

Em consonância com o documento de referência da Conferência Nacional de Educação (CONAE), ao invés de se utilizar o termo “Erradicação

³ O Plenário do Senado aprovou no dia 17/12/2013 o projeto que institui o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012). O plano, que prevê metas para o período de 2011 a 2020, tramita há três anos no Congresso e ainda terá de voltar à Câmara dos Deputados.

do Analfabetismo” deveríamos falar em Promoção da Alfabetização. No artigo sobre “Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos”, Munir Fasheh (2002) faz uma reflexão sobre como uma pessoa chamada de “analfabeta” (quer dizer em termos que lhe falta, em lugar do que a pessoa possui e faz), pode possuir conhecimento e sabedoria fantásticos, podendo expressar-se de várias e belas maneiras e belas formas. Porém, tudo isso é ignorado, frisando-se apenas suas carências. Essa é uma forma bastante efetiva de utilização da linguagem para controlar tanto o que a mente vê como o que não consegue ver.

O documento base da CONAE 2014, prevista para novembro de 2014 e coordenada pelo Fórum Nacional de Educação, tem como tema central o PNE na articulação com o Sistema Nacional de Educação: Participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração.

4.3 Censo Escolar – Educacenso

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa declaratória realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo obrigatório aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o artigo 4º do Decreto nº 6.425/2008.

A data de referência para as escolas informarem seus dados educacionais ao Censo Escolar é denominado o Dia Nacional do Censo Escolar, que, de acordo com a Portaria nº 264, de 26 de março de 2007, é a última quarta-feira do mês de maio. No final de maio, o sistema educacional brasileiro encontra-se mais estabilizado e os dados verificados nessa data são considerados válidos e referenciais para aquele ano. A definição de uma data de referência para a declaração de dados no Censo Escolar é importante, também, por permitir a comparabilidade estatística dos dados no mesmo ano e em anos diferentes.

Trata-se do mais relevante e abrangente levantamento estatístico sobre a educação básica no País. Os dados coletados constituem uma fonte completa de informações utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) para a formulação de políticas e para o desenho de programas, bem como para a definição de critérios para a atuação supletiva do MEC – às escolas, aos estados e aos municípios. Também subsidia o cálculo de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que será tratado mais adiante.

Para a realização do Censo Escolar são utilizadas modernas tecnologias disponíveis, fazendo-se uso da internet e de um sistema on-line de coleta, o Educacenso. A pesquisa levanta dados sobre escolas, turmas, professores e alunos de todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica, em todo o País, compondo um quadro detalhado que permite aos pesquisadores e aos órgãos de governo verificarem a situação atual e a evolução da educação básica, assim como os resultados das políticas em curso.

Cabe ressaltar que os resultados apresentados nesse Projeto, apresentam apenas a categorização das matrículas de EJA segundo os segmentos que servem de base para o cálculo dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A coleta do Censo Escolar 2013 foi encerrada no dia 27/10/2013, dessa forma os dados apresentados referentes a esse ano, ainda são dados preliminares, pois é preciso realizar os procedimentos de confirmação dos alunos com dupla matrícula, conforme previsto pela Portaria nº 235 de 04 de agosto de 2011. Segundo a referida portaria este trabalho é de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino público e privado, das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e do Distrito Federal. Esse procedimento é tão importante quanto a coleta, pois garante a qualidade da informação.

Antes da divulgação desses resultados as equipes responsáveis pelo Censo Escolar no INEP e nas Secretarias Estaduais de Educação realizam um minucioso trabalho de análise e verificação dos dados informados, de forma

que possam expressar com fidedignidade a realidade educacional do País e aumentar a eficiência do gasto público.

Os dados do Censo Escolar reforçam a tendência de adequação na distribuição, por modalidades e etapas de ensino, das matrículas da educação básica que vêm sendo observada desde 2007, refletindo o amadurecimento das ações e políticas públicas implementadas nos últimos anos.

Observando a tabela 1, pode-se verificar um decréscimo no quantitativo de matrículas da educação básica, em torno de 1% e equivalente a 427.569 matrículas, decorre, principalmente, da acomodação do sistema educacional, em especial na modalidade regular do ensino fundamental, com histórico de retenção e, conseqüentemente, altos índices de distorção idade-série.

Tabela 1 - Evolução do Número de Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino - Brasil - 2007-2012

Ano	Matrículas na Educação Básica por Modalidade e Etapa de Ensino												
	Total Geral	Ensino Regular								Educação de Jovens e Adultos		Educação Especial	
		Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)	Fundamental	Médio	Classes Especiais e Escolas Exclusivas	Classes Comuns (Alunos Incluídos)
		Total	Creche	Pré Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais						
2007	53.028.928	6.509.868	1.579.581	4.930.287	32.122.273	17.782.368	14.339.905	8.369.369	693.610	3.367.032	1.618.306	348.470	306.136
2008	53.232.868	6.719.261	1.751.736	4.967.525	32.086.700	17.620.439	14.466.261	8.366.100	795.459	3.295.240	1.650.184	319.924	375.775
2009	52.580.452	6.762.631	1.896.363	4.866.268	31.705.528	17.295.618	14.409.910	8.337.160	861.114	3.094.524	1.566.808	252.687	387.031
2010	51.549.889	6.756.698	2.064.653	4.692.045	31.005.341	16.755.708	14.249.633	8.357.675	924.670	2.860.230	1.427.004	218.271	484.332
2011	50.972.619	6.980.052	2.298.707	4.681.345	30.358.640	16.360.770	13.997.870	8.400.689	993.187	2.681.776	1.364.393	193.882	558.423
2012	50.545.050	7.295.512	2.540.791	4.754.721	29.702.498	16.016.030	13.686.468	8.376.852	1.063.655	2.561.013	1.345.864	199.656	620.777
Δ% 2011/2012	-0,8	4,5	10,5	1,6	-2,2	-2,1	-2,2	-0,3	7,1	-4,5	-1,4	3,0	11,2

Fonte: Censo Escolar/INEP

As matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) mantiveram a tendência dos últimos anos e apresentaram queda de 3,4%, representando menos 139 mil matrículas no período 2011-2012.

De acordo com dados preliminares do Censo Escolar de 2013, as matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) apresentou queda de 4,15% (134.517),

totalizando 3.102.816 matrículas em 2013, conforme a Tabela 2. Desse total, 2.143.063 (69%) estão no ensino fundamental (inclui EJA em tempo integral e parcial) e 959.753 (31%) no ensino médio (inclui EJA em tempo integral e parcial).

Contudo, o número de jovens e adultos nesta modalidade pode ser ainda maior, porque não foram computadas as matrículas de EJA integradas à educação profissional de nível fundamental e médio; as turmas de atendimento complementar e de atendimento educacional especializado-AEE (Ver tabela 2).

Tabela 2 – Números de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Etapa de Ensino – Brasil – 2010 – 2013.

Ano	Matrículas na EJA Presencial				Total
	Fundamental		Médio		
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	
2010	2.564.916	1.267	1.076.243	87	3.642.513
2011	2.399.857	2.221	1.032.443	45	3.434.566
2012	2.259.254	6.546	970.698	835	3.237.333
2013	2.125.639	17.424	958.518	1.235	3.102.816
Δ % 2012/2013	-5,9	166	-1,25	47,9	-4,15

Fonte: Censo Escolar/Inep

Notas:

- 1) Não inclui matrículas na modalidade semipresencial.
- 2) As matrículas referem-se a dependência administrativa Estadual e Municipal, urbanas e rurais.
- 3) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

O resultado preliminar do Censo Escolar de 2013 mostra que, em todo o país, 40.366.076 estudantes estão matriculados na educação básica das redes pública estadual e municipal de ensino. Por outro lado, o número de brasileiros com mais de 25 anos que não têm instrução ou não completaram o ensino fundamental cresceu de 51,2 milhões para 54,4 milhões entre 2000 e 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

4.4 Indicadores de Educação de Jovens e Adultos: IBGE, PNAD e IDEB

Ainda que não sejam suficientes para a compreensão dos grandes desafios para a educação nacional, os indicadores de educação (em especial o que se refere os percentuais de matrículas na EJA) são importantes para dimensionar o tamanho do sistema educacional brasileiro.

As taxas de analfabetismo confirmam a regionalização da desigualdade social brasileira. Em todo o País, em 2000, o analfabetismo absoluto atingia mais de 16 milhões de pessoas com mais de 15 anos (13,6% desse grupo etário). Na Região Nordeste este índice elevava-se para 26,2%, enquanto no Sul era de 7,7%.

Considerando apenas a população que vive nas zonas rurais do País, 29,8% dos jovens e adultos eram analfabetos absolutos, enquanto nas zonas urbanas o índice era de 10,2%. A zona rural nordestina registrava índice de analfabetismo absoluto de 42,6%, o maior do País.

A escolaridade da população com idade igual ou superior a 10 anos de idade era de 6,1 anos de estudos em 2001, média sob a qual oculta-se profunda desigualdade étnico racial: com 7 anos de escolaridade, a população branca tem em média dois anos a mais de estudos que os negros, cuja escolaridade média era de 5 anos. (Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000)

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada no dia 27 de setembro de 2013, a taxa de analfabetismo no Brasil parou de cair. Segundo a pesquisa, em 2012, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 8,7%, o que correspondeu ao contingente de 13,2 milhões de analfabetos. Em 2011, essa taxa foi de 8,6% e o contingente foi de 12,9 milhões de pessoas.

Sabe-se, portanto, que segundo os órgãos oficiais de pesquisa que o analfabetismo de jovens e adultos vem sendo reduzido no Brasil — passou de 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012, e ainda é importante destacar que na faixa de 15 a 19 anos, a Pnad de 2012 registra taxa de analfabetismo de 1,2%, muito inferior à média geral, o que demonstra a efetividade das políticas em curso para a educação básica. Para além da análise dos dados da Pnad deve-se considerar a dificuldade de identificar variações significativas no intervalo de

um ano para outro, consideradas a metodologia usada e a natureza do fenômeno medido.

O Brasil tem hoje, em média, apenas 7,5 anos de educação/escolarização de sua força de trabalho, com elevado número de analfabetos (cerca de 14 milhões), baixa taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos no ensino médio (cerca de 50%) e baixa taxa líquida da população de 18 a 24 anos na educação superior (cerca de 14%).

Para identificar quais são as redes de ensino municipais e as escolas que apresentam maiores fragilidades no desempenho escolar e que, por isso mesmo, necessitam de maior atenção e apoio financeiro e de gestão, o PDE dispõe de um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios, DF e escolas no Brasil, combinando dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Censo Escolar) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática).

A partir da criação do Ideb, calculado por escola, por rede e para o próprio País, foi possível fixar metas de desenvolvimento educacional de médio prazo para cada uma dessas instâncias, com metas intermediárias de curto prazo que possibilitam visualização e acompanhamento da reforma qualitativa dos sistemas educacionais. Os dados divulgados referem-se à radiografia tirada em 2005. O Ideb calculado para o País, relativo aos anos iniciais do ensino fundamental, foi de 3,8, contra uma média estimada dos países desenvolvidos de 6, que passa a ser a meta nacional para 2021. O desafio consiste em alcançarmos o nível médio de desenvolvimento da educação básica dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano em que o Brasil completará 200 anos de sua independência, meta que pode ser considerada ousada. O que mais impressiona, contudo, é a enorme dispersão do IDEB entre escolas e redes. Foram encontrados nas redes, índices de 1 a 6,8. Nas escolas a variação é ainda maior de 0,7 a 8,5. Tornou-se evidente, uma vez mais, a imperiosa necessidade de promover o enlace entre educação, ordenação do território e desenvolvimento econômico e social.

A educação brasileira avançou nos últimos anos. É o que aponta o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) de 2011. O Brasil, de acordo com os dados, atingiu as metas estabelecidas em todas as etapas do ensino básico - anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Nos anos iniciais, o Ideb nacional alcançou 5,0. Ultrapassou não só a meta para 2011 (de 4,6), como também a proposta para 2013, que era de 4,9. Nessa etapa do ensino, a oferta é prioritariamente das redes municipais, que concentram 11,13 milhões de matrículas, quase 80% do total. O Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal foi calculado em 5.222 municípios. A meta para 2011 foi alcançada por 4.060 deles (77,5%).

Em 2005, quando o Ideb foi calculado pela primeira vez, 57,55% das crianças nos anos iniciais estavam matriculadas em escolas municipais de redes de ensino com avaliação abaixo de 3,8 — média nacional de então. Com a evolução consistente do indicador nos últimos anos, o percentual caiu para 17,09% em 2011. Em 2005, mais de 7,1 milhões de crianças estudavam nas escolas com o Ideb mais baixo (até 3,8). Esse número caiu para 1,9 milhão em 2011. Com relação aos índices de avaliação mais elevados, ainda nos anos iniciais, consideradas as matrículas de redes municipais com Ideb acima da meta de 5,0, o registro era de 2,87% das crianças (cerca de 350 mil matrículas). Em 2011, o percentual saltou para 38,04%, com 4,2 milhões de estudantes acima da meta estabelecida.

Nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb nacional atingiu 4,1 em 2011 e ultrapassou a meta proposta, de 3,9. Considerada tão-somente a rede pública, o índice nacional chegou a 3,9 e também superou a meta de 3,7.

Assim como nos anos iniciais, a evolução constante do Ideb nos anos finais do ensino fundamental garante o aumento da proporção de matrículas nas faixas de índice mais elevado. Em 2005, 56,20% dos estudantes da rede pública (7,5 milhões) concentravam-se em faixas de Ideb inferiores a 3,4. Em 2011, o percentual caiu para 26,59% (3,2 milhões de matrículas). Redes com Ideb acima de 4,5 atendiam pouco mais de 300 mil estudantes (2,44%). Agora, abrangem mais de 2 milhões (17,17% do total de matriculados).

De todos os municípios (cerca de 4,3 mil) submetidos à avaliação do Ideb para os anos finais do ensino fundamental, 62,5% atingiram as metas,

que foram superadas também em todas as regiões do país. Em termos nacionais, incluídos ensino público e particular, foi igualada em 2011 a meta para o ensino médio, de 3,7. O indicador é obtido pelas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pela taxa média de aprovação percentual.

O aumento dos anos de escolarização e da jornada escolar, com qualidade, é, antes de tudo, requisito para a constituição de uma sociedade inclusiva, que busque erradicar a pobreza. O Brasil tem hoje, em média, apenas 7,5 anos de educação/escolarização de sua força de trabalho, com elevado número de analfabetos (cerca de 14 milhões) e baixa taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio (cerca de 50%). Estas são condições a serem superadas, pois interferem na melhoria da distribuição de renda e nos processos de trabalho, saúde e educação em geral e ambiental, contribuindo para a superação da exclusão social.

A efetivação de uma educação básica de qualidade envolve a coordenação das políticas nacionais pela União e o desenvolvimento de políticas articuladas entre os diferentes entes federados. Na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, cabe destacar o papel da instituição educativa, da gestão escolar, do currículo, dos profissionais da educação, dos projetos político-pedagógicos e institucionais, para articular qualidade, diversidade, inclusão e justiça social.

4.5 Defasagem Idade/Série

O descompasso entre o número da população brasileira, o total de matrículas e o número efetivo de matrículas por nível/etapas educacionais na faixa etária correspondente é chamado de defasagem escolar e/ou distorção idade/série/nível/etapa educacional (ver tabela 3). É importante salientar que a diferença registrada entre o número de crianças e jovens, o número geral de matrículas e total de matrículas segundo o nível/etapas/idade correspondente, é resultante de múltiplos fatores, dentre eles: a existência de crianças e jovens fora da escola, ingresso tardio no sistema educacional, baixo

aproveitamento/desempenho escolar, matrículas em nível/etapa educacional distinta da prevista para a idade própria (incluído a superdotação).

Tabela 3 - Percentual da população que não concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade própria.

Unidade da Federação	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Percentual da População de 15 anos de Idade	Percentual da População de 19 anos Idade	Percentual da População de 19 anos Idade
Brasil	54,0	80,9	48,9
Norte	67,4	72,1	34,4
Nordeste	64,9	72,9	39,9
Sudeste	45,0	87,0	56,6
Sul	45,8	84,0	53,2
Centro-Oeste	50,0	85,7	54,7

Fonte: IBGE/PNAD 2010.

Tabela 4 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade.

Unidade da Federação	Média de Anos de Estudo da População de 15 anos ou mais de Idade					
	Total		Urbana		Rural	
	1996	2011	1996	2011	1996	2011
Brasil	5,7	7,7	6,3	8,2	3,1	4,8
Norte	5,6	7,1	5,8	7,8	2,9	4,8
Nordeste	4,3	6,5	5,3	7,3	2,3	4,2
Sudeste	6,4	8,3	6,7	8,5	3,8	5,4
Sul	6,1	8,0	6,6	8,4	4,3	5,9
Centro-Oeste	5,8	8,1	6,3	8,4	3,9	5,5

Fonte: IBGE/PNAD 2010.

4.6 Perfil dos Alfabetizandos e sua relação com o mundo do trabalho

Na 67ª plenária do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 29 de junho de 2007, ocasião que se comemorou o 9º aniversário desse Fórum, Miguel Arroyo

(Professor Titular Emérito da Faculdade de Educação da UFMG), discorreu sobre o papel do educando da EJA trabalhador. A reflexão nos convida a direcionar nosso olhar sobre quem são os sujeitos que vêm demandando a educação de jovens e adultos.

Uma coisa é o tempo de um trabalhador que sabe a hora que entra, a hora que sai e das oito horas de trabalho, e outra coisa é o tempo de um sobrevivente em situações informais de trabalho. Ele não tem tempo, ou melhor, ele não controla seu tempo, ou ele tem que criar o seu tempo. Porém, não é um tempo que ele cria como bem quer. Esse tempo tem que ser criado em função do ganho de cada dia. Ele poderá terminar as seis da tarde se aquele dia foi bom, mas poderá tentar continuar vendendo pipocas, água ou quiabos, se aquele dia foi mal. O tempo dele é tão instável quanto a sua forma de trabalhar. Consequentemente, diante dessa caracterização dos tempos de trabalho pela instabilidade, que tempos de EJA se atreverão a ser estáveis? (Arroyo, 2007)

Foi realizada uma pesquisa do perfil ocupacional dos estudantes de 2 (duas) turmas do Programa Brasil Alfabetizado, que funcionam no CAIC **Júlia Kubitschek de Oliveira**, e 1 (uma) no **Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota**. Por questões éticas preservamos os nomes dos alfabetizandos, bem como o código das turmas.

A técnica utilizada na pesquisa foi a de Grupo Focal, sua abordagem teórico-prática privilegia o campo da investigação social, destacando as situações mais adequadas para sua aplicação.

Segue abaixo os nomes das Pessoas Entrevistadas no **CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira**:

Código da Turma: 61xx48
Alfabetizadora: Antônia Rufino Martins

01 - Emilio
02 - João André
03 - Elane
04 - Expedito

05 - Manoel
06 - Maria da Piedade
07 - Maria de Fátima
08 - Mercês
09 - Neli
10 - Raimundo
11 - Valdemário

Código da Turma: 61xx63
Alfabetizador: Jeziel Medeiros Leandro

01 - Jacir
02 - Ana Maria
03 - Anézia
04 - Antônio
05 - Deyvson
06 - Gildenir
07 - Girlene
08 - Maria Vitalina
09 - Tania
10 - Vilane

Segue abaixo os nomes das Pessoas Entrevistadas no **Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota.**

Código da Turma: 61xx02
Alfabetizadora: Carla Andrea Maria Alves

01 - Ana da Conceição
02 - Ana Lopes
03 - Arilma
04 - Claudiomar
05 - João Costa
06 - José Felipe
07 - José Raimundo
08 - Juldinei
09 - Marcos
10 - Maria de Fátima
11 - Sidney
12 - Tereza

13 – Valdeci

14 – Valmir

Entre os alfabetizandos entrevistados predomina a população adulta e idosa, 92,6% têm mais de 25 anos, 9,3% estão entre 40 a 49 anos, e 21% com mais de 50 anos.

De acordo com informações do IBGE (2010) e PNAD de 2012, as mulheres apresentam menores taxas de analfabetismo que os homens em todas as faixas etárias, exceto entre as mulheres idosas. Porém no Programa Brasil Alfabetizado as mulheres são responsáveis por mais 60% das matrículas dos estudantes.

A exclusão destes jovens e adultos do processo escolar reflete as desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade brasileira, e implica também em subempregos, quando não desemprego, para essa população. De acordo com a pesquisa realizada entre os alfabetizandos das 3 turmas, objeto de estudo desse projeto, verificou-se que 41% ocupam a função de Do Lar, ou Dona de casa e 23,5% a função de doméstica (tabela 5).

Tabela 5 - Quantidade e Percentual das ocupações dos estudantes supracitados que participaram da pesquisa, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação - CBO.

Ocupações	Quantidade e Percentual	CBO
Do lar	14 que corresponde a 41%	pré-AO 1990
Doméstica	08 que corresponde a 23,5%	5121-20
Diarista	04 que corresponde a 12%	5121-20
Padeiro / Confeiteiro	02 que corresponde a 9%	8483-10
Pedreiro	02 que corresponde a 6%	7152-30
Pintor	02 que corresponde a 6%	7166 -10
Cabeleireiro (a)	01 que corresponde a 3%	5161-1

Resultado da Pesquisa por Grupo Focal nas turmas entrevistadas.

Para diferenciar Do Lar ou Dona de casa (pré-AO 1990: dona-de-casa) é o termo, em direito do trabalho e previdenciário que define a mulher que, casada ou não, trabalha exclusivamente para a própria família, não exercendo atividade remunerada, ou esta não pode ser considerada habitual e principal. Já a função de Doméstica, a lei define o contrato de serviço como sendo aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante uma retribuição, a prestar a outra, sob a direção e autoridade desta, atividades destinadas à satisfação das necessidades próprias de um agregado familiar ou equiparado e dos respectivos membros, nomeadamente:

- Confeção de refeições;
- Lavagem e tratamento de roupas;
- Limpeza e arrumo de casa;
- Vigilância e assistência a crianças e pessoas idosas;
- Execução de tarefas externas relacionadas com as anteriores;
- Execução de serviços de costura;
- Execução de serviços de jardinagem;
- Quaisquer outras atividades de carácter similar consagradas por usos e costumes.

A categoria trabalho aparece nos estudos de Karl Marx como um elemento fundamental. Além de fornecer historicamente os bens materiais indispensáveis à sobrevivência humana, ele possui uma dimensão educativa. Nessa perspectiva, os seres humanos produzem e são produzidos pelo trabalho (ADRIANI, 2010).

Levando em consideração os dados acima podemos afirmar que grande parte dos educandos do PBA possui baixa renda. Estes dados confirmam a análise de que os sujeitos de direitos da EJA são pessoas que tiveram poucas oportunidades, sendo socialmente excluídas por uma multiplicidade de fatores.

A foto abaixo, mostra a realidade de um dos alfabetizandos entrevistados, Sr. Valdemário, em sua profissão, como pedreiro. Esse sujeito sai para o trabalho às 6h30min da manhã e somente retorna para casa às 17h,

tempo esse suficiente para tomar banho, jantar e ir para a escola CAIC, onde está matriculado na classe de alfabetização do Programa DF Alfabetizado.



Figura: Sr. Valdemário, alfabetizando - Fevereiro/2014

5 – OBJETIVOS

5.1- Objetivo Geral:

Apoiar a construção de políticas públicas para a garantia do direito à educação ao longo da vida e a implementação de estratégias específicas para fortalecimento e ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos. A formulação de estratégias para o acesso e a qualidade da educação que considerem as diversas dimensões do processo de escolarização e o atendimento às necessidades específicas dos estudantes do Programa Brasil

Alfabetizado, norteiam as atividades a serem desenvolvidas no âmbito desse Projeto.

5.2- Objetivos específicos:

Como alternativa pedagógica real e viável elencamos e priorizamos tais objetivos:

- Priorizar a rede interna do CAIC de Sobradinho II e do **Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota**, o que se entende por alfabetizandos, professores alfabetizadores, coordenadores e funcionários das 03 turmas do DF Alfabetizado, à capacitação e formação na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, buscando a conscientização quanto a importância e necessidade da elevação de escolaridade;
- Articular a comunicação entre as bases, envolvendo o Ministério da Educação, na qualidade de Coordenador Geral do Programa Brasil Alfabetizado e da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, na qualidade de Coordenação do Programa DF Alfabetizado, a fim de, através da discussão e debate, definir políticas educacionais internas e externas para promoção dos egressos do PBA para o 1º segmento da EJA;
- Adotar medidas e ações preventivas quanto a reinserção de alfabetizandos vindos do ciclo anterior no Programa. Para que esses sejam encaminhados para a EJA no ano subsequente ao ciclo concluído de alfabetização.

6 – ATIVIDADES / RESPONSABILIDADES

Buscando a implementação, execução e realização dos objetivos propostos seguimos no propósito da redescoberta dos potenciais individuais de cada parceiro envolvido no projeto para a promoção dos egressos do PBA para a EJA, aliando a Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado / SECADI / MEC, Alfabetizadores e Alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado no GDF (DF Alfabetizado).

Assumimos a responsabilidade de articular a rede externa (Ministério da Educação, na qualidade de Coordenador Geral do Programa Brasil Alfabetizado/Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e Secretaria de Educação do Distrito Federal, na qualidade de Coordenação do Programa DF Alfabetizado) passa necessariamente pela articulação interna (alfabetizadores e coordenadores do CAIC de Sobradinho II e do Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota), assim, formaremos grupos reflexivos, estimulando os debates, os diálogos, identificando direitos e deveres de cada parceiro. Essa etapa contará com socialização do conhecimento do perfil dos alfabetizadores e alfabetizandos envolvidos e na sensibilização para efetivação do Projeto. As reuniões acontecerão mensalmente e a proposta é o comprometimento com o ideal e função educativa inerente a cada um. O espaço para tais encontros será no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação do DF ou nas escolas, objeto de intervenção desse projeto. Tais ações visam entrelaçamento com as ações seguintes, que sempre desembocarão na promoção dos egressos do PBA para o 1º segmento da EJA.

7 – CRONOGRAMA PARA 2014.

Etapas	Mês	Desenvolvimento
1ª etapa	Abril	Implementação do projeto
2ª etapa	Maio	Estudos e pesquisas da realidade local- 1º relatório parcial
3ª etapa	Junho	Apresentar para os Coordenadores do Programa Brasil Alfabetizado/MEC e DF alfabetizado a proposta de Projeto de Intervenção Local.
4ª etapa	Agosto	Início do trabalho de conscientização dos alfabetizandos, alfabetizadores e coordenadores quanto a importância de se

		encaminhar os egressos do Programa para a EJA.
5ª etapa	Setembro e Outubro	Avaliação dos alfabetizandos - 2º relatório parcia
6ª etapa	Novembro	Avaliação Final dos alfabetizandos e apresentação do relatório da Situação Final (Como: Não Alfabetizado, Alfabetizado e não encaminhado para EJA e Alfabetizado e Encaminhado para a EJA).
7ª etapa	Dezembro	Avaliação Final e preparação para o procedimento de matrículas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

8 – PARCEIROS

Os parceiros desse Projeto de Intervenção Local serão:

- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI / MEC
- Coordenação do Programa DF Alfabetizado / Secretaria de Educação do Distrito Federal.
- Regional de Ensino de Sobradinho II.

Os sujeitos envolvidos no Projeto mais diretamente são:

- Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos SECADI / MEC;
- Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado / SECADI / MEC;
- Alfabetizadores e Alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado no GDF (DF Alfabetizado).

9 – ORÇAMENTO

Para a realização desse Projeto de Intervenção Local, será gasto recursos vindos do Ministério da Educação para a formação de novas turmas de EJA.

As novas turmas de EJA serão financiadas por meio da Resolução CD/FNDE nº 48, de 11 de dezembro de 2013, que prevê a transferência de recursos financeiros pleiteados por estados, municípios e pelo Distrito Federal a título de apoio e manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O valor de financiamento será o mesmo calculado para aluno/ano EJA, que é de R\$ 1.677,35.

Os beneficiados por essa Resolução são as pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o ensino fundamental ou médio, matriculadas em novas turmas de EJA e ainda não cadastradas no Censo escolar de 2012, sendo considerados prioritários: egressos do Programa Brasil Alfabetizado, populações do campo, comunidades quilombolas, povos indígenas e pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais e em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para receber esse recurso a unidade federativa, no caso a Secretaria de Educação do DF, fez adesão a referida Resolução, por meio do Sistema de Monitoramento do MEC (SIMEC), no portal eletrônico <http://simec.mec.gov.br>.

10 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Segue abaixo as ações de acompanhamento e avaliação a serem implementadas a partir do início do Ciclo do Programa DF Alfabetizado.

Ações	Periodicidade	Avaliação	Replanejamento
Encontros com os Coordenadores e Alfabetizadores do	Mensal	Trimestral	A partir dos encontros avaliativos

Programa DF Alfabetizado para acompanhamento do desenvolvimento das turmas.			
Reunião com a Coordenação do Programa Brasil Alfabetizado/MEC, e a Coordenação do Programa DF Alfabetizado/Secretaria de Educação do Distrito Federal, a fim de definir políticas educacionais internas e externas.	Bimestral	Trimestral	A partir dos encontros avaliativos
Formação Continuada dos Alfabetizadores e Coordenadores do DF Alfabetizado	Mensal	Trimestral	A partir dos encontros avaliativos
Avaliação Final dos alfabetizandos para o encaminhamento a EJA.	Semestral	Semestral	A partir do encontro avaliativo

Fonte: Elaborado pelos autores.

11 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANI, Jerry. **Um estudo sobre as especificidades dos/as educandos/as nas propostas pedagógicas de Educação de Jovens e Adultos**, 2010.

ARROYO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?**2007.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional**.

Brasil. **PORTARIA MEC Nº 264, DE 26 DE MARÇO DE 2007**. Dispõe sobre a data do Censo Escolar.

Brasil. **Portaria nº 235 de 04 de agosto de 2011**. Estabelece parâmetros para validação e publicação das informações declaradas ao Censo Escolar.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): uma aproximação**. Educação& Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DAL ROSSO, Sadi (org). **Trabalho na Capital**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego,2011.

DECRETO Nº 6.425, DE 4 DE ABRIL DE 2008. **Dispõe sobre o censo anual da educação**.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. In: Educação como Exercício de Diversidade. MEC/2007.

Educação Brasileira: Alguns Indicadores e Desafios. Março de 2013

FASHEH, Munir. **Como Erradicar o Alfabetismo sem erradicar os analfabetos** – Havard Universit, USA, 2002.

FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos - crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica**, 1981. In: FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura** .Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

JACCOUD, Luciana de Barros e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental** .Brasília : Ipea, 2002.

MAIA, Antonio Glaudenir Brasil e OLIVEIRA, Renato Almeida de. **Marx e a Crítica Contemporânea à Pós-Modernidade**. Argumentos – Revista de Filosofia, Ano 3, N°. 5 – 2011.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. (Trad.) Márcia Moraes e Roberto Catal do Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo, Diferença Cultural e Diálogo**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido. 10ª.ed, SãoPaulo:Cortez,2003.

Pedagogia do Oprimido. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Porcaro, Rosa Cristina. **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2012.

RAMOS, Marise Nogueira etalli (orgs.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: MEC, págs.129-137, 2003.

RECK, Jair. **Por uma Epistemologia Cultural Descolonial em Reconstrução: Desafios Políticos e Pedagógicos para a Educação do Campo**. *Brazilian Cultural Studies* ,v. 1, n. 3, p. 305-324, setembro/Dezembro 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia dasLetras,1995.

RODRIGUES, Luiz Rubens. **Transformação Social, Educação Emancipatória e Escola Pública**. 2010.

SANTOS, Milton . **Por uma outra globalização – do pensamento à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

SILVA, Agostinho da. **Ensaio sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira**. Lisboa. Âncora, 2000. v.1

SOARES, Leônicio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

SOARES, Leônicio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir**. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

UNESCO. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: Unesco, 2010.

• **Sites:**

G1.globo.com/educação/noticia/2013. Acessado em 19/12/2013, às 11:23

<http://www.dicyt.com/noticia>. Acessado em 19/12/2013, às 12:11

Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - www.uff.br/ejatrabalhadores. Acessado em 05/12/2013.

www.todospelaeducacao.org.br. Acessado em 16/12/2013, às 16:00.

Sistema Brasil Alfabetizado: brasilalfabetizado.fnnde.gov.br

Série Histórica: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>.

Acesso em 10/01/2014

<http://brasilalfabetizado.fnnde.gov.br/>. Acesso em 23/09/2013

12 – ANEXO

Segue a autorização do uso da imagem do Sr. Valdemário, alfabetizando do Programa Brasil Alfabetizado no DF.